

O impacto da redução de vagas em instituições de ensino superior na mobilidade dos alunos

Maio de 2019

Em maio de 2018, foi publicado em Diário da República o Despacho nº 5036-A/2018, que fixou o número máximo de novas admissões em cada ciclo de estudos de formação inicial pelas instituições de ensino superior para o ano letivo 2018/19.

Com o objetivo de aprofundar a coesão do país e assegurar uma maior competitividade e sustentabilidade às regiões com menor pressão demográfica, reduzindo as distorções de ordenação territorial, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior determinou, para o ano letivo 2018/19, a redução em 5% do número máximo de vagas a fixar pelas instituições de ensino superior públicas sediadas em Lisboa e no Porto, permitindo o aumento de vagas nas instituições do resto do país.

Na Tabela 1 apresenta-se o número de alunos inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, no ano letivo 2017/18 e as respetivas percentagens. Estes são os alunos que em 2017 entraram, de novo, no ensino superior, por qualquer das vias de acesso. Este número é mais significativo do que o número de vagas do concurso nacional de acesso.

Quando se considera apenas o ensino superior público, verifica-se que, no caso das universidades, Lisboa corresponde a 38,9% e o Porto a 15,7% dos alunos inscritos, ou seja, as duas áreas metropolitanas concentram 54,6% do total dos alunos universitários públicos, correspondendo o resto do país a apenas 45,4%, isto é, menos de metade. No caso do ensino politécnico, a distribuição é mais equilibrada, com 21,1% em Lisboa e 16,5% no Porto (total 37,6%), ficando o resto do país com 62,4% (cerca de 2/3). Quando se considera o total do ensino público, a distribuição dos politécnicos

atenua, em parte, o desequilíbrio do universitário, ficando Lisboa e Porto com 47,8% e o resto do país com 52,2% do total, ou seja, mais de metade do total dos alunos.

		UNIVERSITÁRIO		POLITÉCNICO		TOTAL	
		Valores absolutos	%	Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
PÚBLICO	Lisboa	16 870	38,9	6 005	21,1	22875	31,8
	Porto	6 780	15,7	4 690	16,5	11 470	16,0
	Resto País	19 671	45,4	17 803	62,4	37 474	52,2
	Total	43 321	100	28 498	100	71 819	100
PRIVADO	Lisboa	7 332	54,7	2 522	45,7	9 854	52,0
	Porto	4 832	36,0	1 446	26,2	6 278	33,2
	Resto País	1 252	9,3	1 550	28,1	2 802	14,8
	Total	13 416	100	5 518	100	18 934	100
TOTAL	Lisboa	24 202	42,7	8 527	25,1	32 729	36,1
	Porto	11 612	20,5	6 136	18,0	17 748	19,6
	Resto País	20 923	36,9	19 353	56,9	40 276	44,3
	Total	56 737	100	34 016	100	90 753	100

Tabela 1 | Alunos inscritos no 1º ano pela 1ª vez, 2017/18, valores absolutos e percentagens. Fonte: DGEEC

Analisando-se os dados referentes ao ensino privado, identifica-se um muito maior desequilíbrio na distribuição dos alunos. No universitário, Lisboa corresponde a 54,7% e o Porto a 36,0% do total de alunos (90,7% nas duas áreas metropolitanas somadas), com apenas 9,3% para o resto do país. O ensino politécnico é também desequilibrado na sua distribuição, embora não tanto como o universitário. Neste caso, Lisboa representa 45,7% e o Porto 26,2% (total 71,9%, mais de 2/3), deixando apenas 28,1% para o resto do país. Quando se considera o ensino superior privado na sua totalidade, Lisboa representa 52,0% e o Porto 33,2% (total 85,2%), com apenas 14,8% no resto do país.

Quando se considera a totalidade do ensino superior (universitário e politécnico, público e privado), Lisboa representa 36,1% e o Porto representa 19,6% (total igual a 55,7%, superior a metade), com apenas 44,3% para o resto do país (inferior a metade). Estes desequilíbrios aumentam quando se incluem os ciclos de estudos de mestrado e doutoramento, que também se concentram em Lisboa e no Porto.

Os dados da Tabela 2, referentes ao ensino superior público, evidenciam constância, entre 2014 e 2017, no número de vagas por instituição, bem como no seu total. A situação apenas se altera em 2018, quando o Ministério decide reduzir em 5% as vagas das instituições de Lisboa e Porto para tentar diminuir a excessiva concentração de alunos do ensino superior nestas áreas metropolitanas e, ao mesmo tempo, aumentar o número de alunos no interior do país.

INSTITUIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	Δ 2018-17	%
	1	2	3	4	5	6=5-4	6/5
Universidade dos Açores	663	646	663	663	663	0	0,0
Universidade do Algarve	1420	1366	1400	1405	1475	70	5,0
Universidade de Aveiro	2089	2089	2089	2114	2168	54	2,6
Universidade da Beira Interior	1280	1240	1240	1245	1307	62	5,0
Universidade de Coimbra	3189	3189	3189	3189	3257	68	2,1
Universidade de Évora	1069	1086	1086	1088	1175	87	8,0
Universidade de Lisboa	7651	7651	7651	7661	7278	-383	-5,0
Universidade Nova de Lisboa	2706	2706	2706	2706	2571	-135	-5,0
Universidade do Minho	2728	2728	2728	2733	2869	136	5,0
Universidade do Porto	4160	4160	4160	4185	3976	-209	-5,0
Un. Trás-os-Montes e Alto Douro	1365	1342	1351	1375	1444	69	5,0
Universidade da Madeira	605	585	605	593	635	42	7,1
Inst. Uni. de Lisboa (ISCTE-IUL)	1122	1102	1102	1102	1047	-55	-5,0
Instituto Politécnico de Beja	506	506	506	476	531	55	11,6
Instituto Politécnico do Cávado e Ave	635	631	631	635	667	32	5,0
Instituto Politécnico de Bragança	1843	1825	1825	1908	2003	95	5,0
Inst. Politécnico de Castelo Branco	905	878	876	881	925	44	5,0
Instituto Politécnico de Coimbra	1965	1965	1965	1967	2098	131	6,7
Instituto Politécnico da Guarda	676	676	676	680	699	19	2,8
Instituto Politécnico de Leiria	1895	1900	1900	1900	1915	15	0,8
Instituto Politécnico de Lisboa	2430	2371	2403	2403	2283	-120	-5,0
Instituto Politécnico de Portalegre	511	511	511	511	537	26	5,1
Instituto Politécnico do Porto	3000	3026	2989	3010	2895	-115	-3,8
Instituto Politécnico de Santarém	1031	1001	1018	973	944	-29	-3,0
Instituto Politécnico de Setúbal	1142	1184	1184	1184	1210	26	2,2
Inst. Politécnico de Viana do Castelo	952	956	956	973	1022	49	5,0
Instituto Politécnico de Viseu	1312	1265	1308	1308	1314	6	0,5
Instituto Politécnico de Tomar	477	477	477	477	500	23	4,8
Esc. Sup. de Enfermagem de Coimbra	320	320	320	320	320	0	0,0
Esc. Sup. de Enfermagem de Lisboa	300	300	300	300	285	-15	-5,0
Esc. Sup. de Enfermagem do Porto	270	270	270	270	257	-13	-4,8
Esc. Sup. Náutica Infante D. Henrique	173	173	173	173	173	0	0,0
Esc. Sup. de Hotelaria e Turismo de Estoril	430	430	430	430	409	-21	-4,9
Total	50 820	50 555	50 688	50 838	50 852	14	0,0

Tabela 2 | Vagas por instituição – Ensino público. Fonte: DGEEC

DISTRITO/REGIÃO AUTÓNOMA	2017 1	2018 2	Δ 2018-2017 3= 2-1	% (3/1)
Aveiro	2 114	2 222	108	5%
Beja	476	531	55	12%
Braga	3 414	3 582	168	5%
Bragança	1 908	2 003	95	5%
Castelo Branco	2 193	2 299	106	5%
Coimbra	5 496	5 695	199	4%
Évora	1 136	1 221	85	7%
Faro	1 405	1 475	70	5%
Guarda	680	699	19	3%
Leiria	1 900	1 915	15	1%
Lisboa	13 980	13 309	-671	-5%
Portalegre	511	537	26	5%
Porto	7 625	7 288	-337	-4%
Santarém	1 450	1 444	-6	0%
Setúbal	2 294	2 262	-32	-1%
Viana do Castelo	973	1 022	49	5%
Vila Real	1 375	1 444	69	5%
Viseu	1 308	1 314	6	0%
R.A. Açores	663	663	0	0%
R.A. Madeira	593	635	42	7%

Tabela 3 | Vagas de ensino superior por distrito/região autónoma. Fonte: DGEEC

A Tabela 4 mostra a distribuição de vagas do ensino superior público por região e por 1000 habitantes, a qual está razoavelmente equilibrada, embora havendo alguma vantagem da região centro (6,2/1000h), seguida da região de Lisboa (5,4/1000 h). A região pior servida é a do Algarve (3,3/1000 h), seguida quase a par pelo Alentejo (4,2/1000 h) e pela região Norte (4,1/1000 h).

A análise também pode ser feita a partir de agrupamentos de municípios e das instituições de ensino superior neles localizados (Tabela 5). Verifica-se que há uma melhor relação (vagas/1000 habitantes) em regiões do interior com baixa densidade populacional, como Douro (7,0) e Alto Trás-os-Montes (9,8), para além de um agrupamento da região centro em torno de Coimbra, onde existe uma concentração de instituições (Universidade de Coimbra e politécnicos de Coimbra, Leiria, Viseu e Tomar), região onde se verifica o valor mais alto (10,0). Os agrupamentos mais a norte (Minho, Porto, Vouga), bem como o Algarve, apresentam os valores mais baixos. Ter por base os jovens 15-24 anos reforça o panorama.

NUTS II	VAGAS/1000 HABITANTES	VAGAS/1000 HABITANTES (15-24 ANOS)
Norte	4,1	35,4
Centro	6,2	60,6
Lisboa	5,4	51,7
Alentejo	4,2	43,2
Algarve	3,3	32,4

Tabela 4 | Distribuição de vagas por 1000 habitantes, por NUTS II. Fonte: DGEEC

AGRUPAMENTOS	VAGAS/1000 HABITANTES	VAGAS/1000 HABITANTES (15-24 ANOS)
Minho-Lima, Cávado, Ave (Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Barcelos)	3,9	32,7
Grande Porto, Tâmega (Porto)	3,9	33,6
Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga (Aveiro)	3,3	29,3
Douro (Vila Real)	7,0	64,9
Alto Trás-os-Montes (Bragança)	9,8	100,1
Baixo Mondego, Pinhal Norte, Dão (Coimbra, Leiria, Viseu, Tomar)	10,0	103,5
Beira Interior, Cova da Beira (Castelo Branco, Guarda, Covilhã)	9,4	116,0
Grande Lisboa, Setúbal	5,4	51,8
Alentejo (Évora, Beja, Portalegre, Santarém)	5,1	43,3
Algarve	3,3	32,4

Tabela 5 | Distribuição de vagas por 1000 habitantes, por agrupamentos de municípios e respetivas instituições de ensino superior. Fonte: DGEEC

Na Tabela 6 é apresentada uma análise entre o litoral e o interior. O litoral apresenta uma relação (vagas/1000 habitantes) de 3,1 no ensino universitário e de 2,0 no ensino politécnico, num total de 5,1. No interior a relação é de 2,0 para as universidades e de 2,3 para o ensino politécnico, num total de 4,3. Verifica-se, assim, que não existe uma diferença significativa deste indicador, o que fica a dever-se à menor densidade populacional do interior.

LITORAL	VAGAS/1000 HABITANTES	VAGAS/1000 HABITANTES (15-24 ANOS)
Universidade		
Minho, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, UNL, ISCTE	3,1	27,7
Politécnico		
V. Castelo, IP C. Ave, Porto, Coimbra, Leiria, Tomar, Lisboa, Setúbal, Santarém, Outros	2,0	17,9
Total	5,1	45,6
INTERIOR	VAGAS/1000 HABITANTES	VAGAS/1000 HABITANTES (15-24 ANOS)
Universidade		
UTAD, UBI, Évora, Algarve	2,8	28,3
Politécnico		
Bragança, Viseu, Guarda, C. Branco, Portalegre, Beja	3,2	31,5
Total	6,0	59,8

Tabela 6 | Distribuição de vagas por 1000 habitantes, por região (litoral e interior). Fonte: DGEEC

Desde logo se estranha que as vagas retiradas a Lisboa e ao Porto não tenham sido concentradas nas regiões do interior (Tabela 3), permitindo-se, por exemplo, aumentos de 5% das vagas nos distritos de Aveiro, Braga e Viana do Castelo e de 4% em Coimbra. Isto corresponde a 524 das 1008 vagas retiradas a Lisboa e ao Porto, ou seja, 52% das vagas disponibilizadas. Ora estes distritos não só não podem ser considerados “interior do país”, como dispõem de instituições com boa capacidade de atração de alunos. Por isso também não se percebem os 0% de Viseu e de Santarém (neste caso a proximidade a Lisboa?), os 1% de Leiria e os -1% de Setúbal. Mas mesmo nos distritos do interior, a atribuição de vagas não obedece a uma lógica consistente, uma vez que Beja aumentou 12%, Évora aumentou 7%, mas a Guarda ficou-se pelos 3%.

Foi feita uma simulação do que teria acontecido se não tivesse ocorrido o corte de 5% das vagas nas instituições de Lisboa e do Porto. Note-se que esta simulação é feita para a 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior e não para o processo completo das 3 fases de colocação nem para os alunos efetivamente inscritos. São também conhecidos os valores reais dos alunos inscritos pela 1ª vez no 1º semestre de 2018/19. O resumo dos resultados é apresentado na Tabela 6, onde, por instituição, é apresentada a variação de vagas, a variação de inscritos, a simulação do que ocorreria se não tivessem existido cortes de 5% e a variação entre a realidade e a simulação.

INSTITUIÇÃO	Δ VAGAS	Δ INSCRITOS	SIMULAÇÃO	Δ REAL-SIMUL.
Universidade dos Açores	0	-22	14	-36
Universidade do Algarve	70	38	56	-18
Universidade de Aveiro	54	53	106	-53
Universidade da Beira Interior	62	-12	22	-34
Universidade de Coimbra	68	28	30	-2
Universidade de Évora	87	26	65	-39
Universidade Nova de Lisboa	-135	31	-169	+200
Universidade do Minho	136	70	76	-6
Universidade do Porto	-209	-255	-199	-56
Uni. de Trás-os-Montes e Alto Douro	69	81	90	-9
Universidade da Madeira	42	53	3	+50
Universidade de Lisboa	-383	-339	-327	-12
Inst. Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)	-55	-27	-56	+29
TOTAL UNIVERSITÁRIO	-194	-275	-289	+14
Instituto Politécnico de Beja	55	-35	6	-41
Instituto Politécnico do Cávado e Ave	32	23	0	+23
Instituto Politécnico de Bragança	95	-48	1	-49
Instituto Politécnico de Castelo Branco	44	-18	6	-24
Instituto Politécnico de Coimbra	131	5	48	-43
Instituto Politécnico da Guarda	19	-79	-14	-65
Instituto Politécnico de Leiria	15	-56	11	-67
Instituto Politécnico de Lisboa	-120	-427	-52	-375
Instituto Politécnico de Portalegre	26	-13	-4	-9
Instituto Politécnico do Porto	-115	-85	-128	+43
Instituto Politécnico de Santarém	-29	-49	3	-52
Instituto Politécnico de Setúbal	26	-87	16	-103
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	49	-35	-10	-25
Instituto Politécnico de Viseu	6	-55	4	-59
Instituto Politécnico de Tomar	23	6	0	6
Esc. Superior de Enfermagem de Coimbra	0	-9	0	-9
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	-15	-18	-14	-4
Escola Superior de Enfermagem do Porto	-13	-13	-13	0
Esc. Superior Náutica Infante D. Henrique	0	61	0	+61
Esc. Sup. de Hotelaria e Turismo de Estoril	-21	-21	-8	-13
TOTAL POLITÉCNICO	208	-953	-148	-805
TOTAL	14	-1228	-437	-791

Tabela 7 | Variação de vagas e de inscritos (1ª fase de concurso). Fonte: DGEEC.

Os dados da tabela mostram que, no total, houve menos 1228 alunos inscritos na primeira fase do concurso de acesso ao ensino superior no ano letivo 2018/19, quando comparado com o número de alunos inscritos no ano letivo anterior. Destes menos 1228 alunos inscritos, 275 dizem respeito a alunos de universidades públicas e 953 de politécnicos, a comparar respetivamente com menos 289 e menos 148 na simulação.

A Figura 1 ilustra a variação do número de alunos inscritos nas universidades públicas no ano letivo 2018/19 face ao ano letivo anterior.

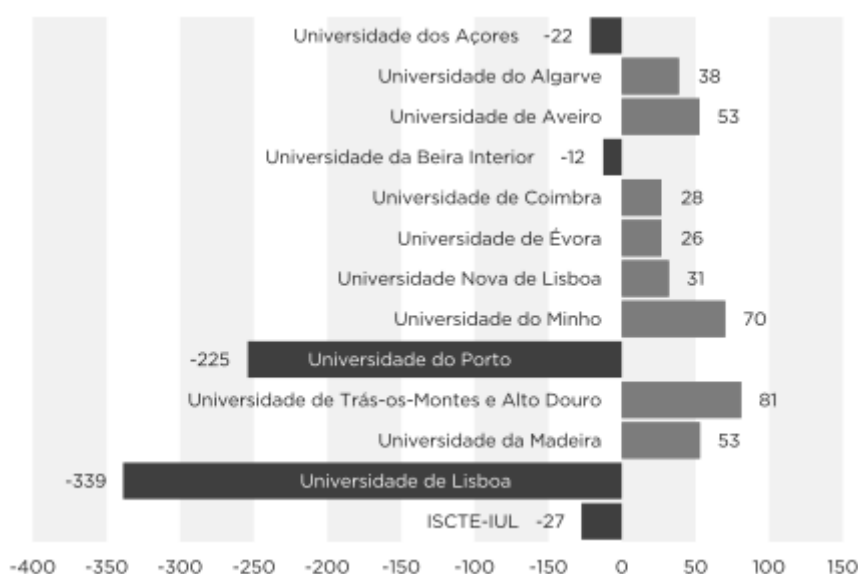


Figura 1 | Variação do número de alunos inscritos nas universidades públicas na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2018/19, face ao ano letivo anterior. Fonte: DGEEC

O ensino universitário de Lisboa e do Porto perdeu 782 vagas e 590 alunos (751 na simulação). Porém, 258 vagas e mais 151 alunos (212 na simulação) foram transferidos para as universidades de Aveiro, Minho e Coimbra, que não são “interior do país” e não têm grande dificuldade em atrair alunos. Outras 218 vagas foram atribuídas às universidades da Beira Interior, de Trás-os-Montes e Alto Douro e de Évora, que receberam mais 95 alunos (177 na simulação). As universidades do Algarve e da Madeira receberam 112 vagas, a que correspondem mais 91 alunos (59 na simulação).

Note-se que das 782 vagas retiradas às instituições universitárias de Lisboa e do Porto, apenas 588 foram redistribuídas dentro do ensino universitário, tendo 194 sido redirecionadas para o ensino politécnico.

Em resumo:

- 1) No litoral, as universidades de Aveiro, Minho e Coimbra receberam 257 novas vagas (43,9% das 588 vagas distribuídas), as instituições do interior – Universidade de Trás-os-Montes e

Alto Douro, Universidade da Beira Interior e Universidade de Évora – receberam apenas 37,1% das 588 vagas adicionais, e os restantes 19% foram atribuídas às universidades do Algarve (70) e da Madeira (42).

- 2) As universidades do interior aumentaram em 107 o número de alunos: a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com mais 81, cabendo 26 a Évora, enquanto a Universidade da Beira Interior perdeu 12 alunos.
- 3) Na faixa litoral, Aveiro teve mais 53 alunos, o Minho 70 e Coimbra 28.
- 4) Os grandes perdedores foram a Universidade de Lisboa (-339 alunos), a Universidade do Porto (-255 alunos) e o ISCTE (-27 alunos), enquanto a Universidade Nova de Lisboa aumentou 31 alunos.

A figura 2 ilustra a variação do número de alunos inscritos nos institutos politécnicos públicos no ano letivo 2018/19 face ao ano letivo anterior.



Figura 2 | Variação do número de alunos inscritos nos politécnicos públicos na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2018/19, face ao ano letivo anterior. Fonte: DGEEC

No caso do politécnico público, os politécnicos de Lisboa e do Porto perderam 235 vagas, a que se adicionam 49 vagas das Escolas de Enfermagem de Lisboa e do Porto e da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril. A estas 284 vagas somam-se 208 vagas adicionais, maioritariamente retiradas do ensino universitário. No entanto, o efeito real em termos de reforço das instituições do interior do país é mínimo, possivelmente devido à sua baixa capacidade para atrair alunos.

As instituições do interior receberam mais 245 vagas (55 para Beja, 95 para Bragança, 44 para Castelo Branco, 19 para a Guarda, 26 para Portalegre e 6 para Viseu). Contudo, os valores reais de alunos inscritos mostram que, no total destas instituições, houve uma redução de 248 unidades (-35 em Beja, -48 em Bragança, -18 em Castelo Branco, -79 na Guarda, -13 em Portalegre e -55 em Viseu). As únicas instituições que tiveram um aumento do número de alunos com algum significado foram o Politécnico do Cávado e Ave, com 23 alunos, e a Escola Náutica Infante D. Henrique, com 61 alunos. Aliás, não se compreende o aumento de 26 vagas em Setúbal, uma vez que a instituição está localizada dentro da região de Lisboa.

Em resumo:

- 1) Apesar de um aumento global de 208 vagas na maioria das instituições do ensino politécnico, registou-se uma diminuição de 953 alunos, o que é explicado pela baixa atratividade das instituições fora de Lisboa e do Porto.
- 2) Os politécnicos do interior revelam claras dificuldades de recrutamento e, apesar do aumento de vagas, todas estas instituições registaram perda de alunos. Por exemplo, Bragança, apesar de um aumento generoso de 95 vagas, perde 48 alunos.

Deve, no entanto, notar-se que a diminuição global de alunos que se inscrevem pela via do regime geral de acesso (-1228) acaba posteriormente por ser compensada pelo aumento do número de alunos inscrito por outras vias, sendo de destacar o aumento de alunos estrangeiros (+ 1068) e de alunos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (+1441). No final obtém-se, para o total de inscritos, um aumento de 818 alunos.

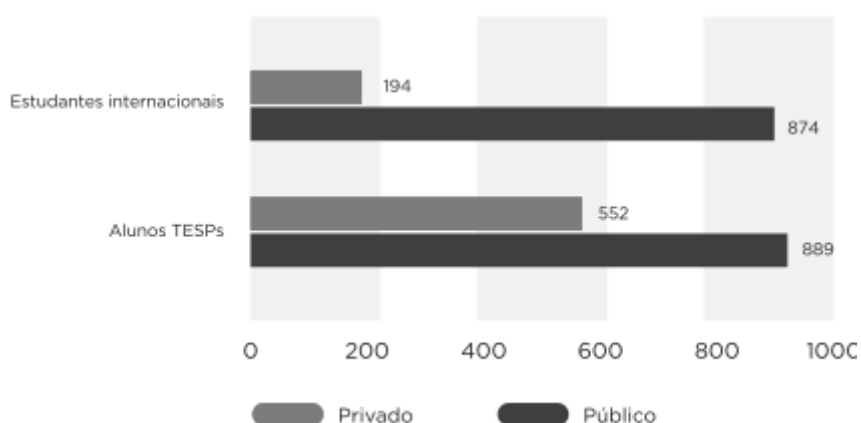


Figura 3 | Alunos inscritos por outras vias - estudantes internacionais e alunos TESP.
Fonte: DGEEC

É, contudo, questionável a eficácia, em termos de mobilidade de alunos, da medida de redução de vagas no ensino superior público de Lisboa e Porto. Equaciona-se, aliás, se esta medida não terá beneficiado as instituições privadas destas duas áreas metropolitanas. Na verdade, a natureza da clientela das instituições privadas que se concentram nestas duas áreas indicia a captação de alunos que pretenderam evitar os custos de uma deslocação, sendo possível que o seu número tenha aumentado por efeito desta decisão política.

A situação do privado merece, por isso, alguma reflexão. Não sendo subsidiada pelo Estado, a oferta privada está presente essencialmente onde existe procura, o que acontece quase exclusivamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, atraindo os alunos que, não tendo conseguido uma vaga pública local, optam por uma instituição privada da sua zona de residência, evitando, deste modo, os custos e outros inconvenientes de uma deslocação para uma instituição pública fora da sua região. O ensino privado representa 25% do total de inscritos pelo regime geral de acesso nas instituições (públicas e privadas) de Lisboa e 38,7% no caso do Porto. Se tivermos como referência o número total de inscritos (em todas as vias de acesso), Lisboa representa 29,9% e o Porto chega aos 43,2%, o que reflete uma clara carência de oferta de ensino público na região do Porto.

Portugal caracteriza-se por uma concentração da população e da atividade económica na faixa litoral do país. Diversos autores consideram que o capital humano é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento económico. A incapacidade de avançar para níveis mais elevados na cadeia de produção não promove a utilização da dotação de capital humano dessa região, pelo que os diplomados do ensino superior podem ter dificuldade em obter um emprego compatível com as suas qualificações. Esta circunstância pode ter como consequência migrações internas para regiões mais desenvolvidas ou mesmo imigração para outros países, impedindo a sua contribuição para o crescimento regional. Na verdade, pessoas com nível de educação elevado têm tendência para se deslocar quando não encontram emprego local compatível com as suas qualificações, pelo que é necessário atingir um patamar mínimo de atividade económica e investimento em atividades de investigação e desenvolvimento para que o capital humano se torne relevante.

Isto significa que o ensino superior não pode, por si, resolver os desequilíbrios regionais. As medidas tomadas na sequência da última crise económica, quer pelo Estado quer pelas empresas públicas privatizadas, de que resultou a eliminação a nível regional de um conjunto de serviços que permitiam emprego qualificado (tribunais, serviços de saúde, balcões de bancos, correios, etc.) só vieram agravar o problema.

É, por isso, questionável que a transferência de 5% das vagas do ensino superior público de Lisboa e do Porto para outras instituições do país promova a mobilidade dos alunos. Os dados mostram que diminuiu em 1228 o número de alunos inscritos pela 1ª vez no 1º semestre do primeiro ano do ensino superior público, dos quais 275 nas universidades e 953 nos politécnicos. A simulação realizada para o ensino politécnico, que tem uma distribuição regional mais equilibrada do que o universitário, mostra que o efeito do corte das vagas em Lisboa e no Porto não produziu os efeitos desejados na distribuição dos candidatos por não evitar a diminuição dos alunos inscritos na generalidade dos politécnicos. Também a atribuição de vagas adicionais a instituições como a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho e as localizadas na zona de Coimbra diminuiu o efeito desejado para o interior do país e agravou as assimetrias da distribuição de vagas por 1000 habitantes.